

O PROBLEMA DA LINGUAGEM NA TRANSIÇÃO DA FILOSOFIA HUMANISTA PARA A FILOSOFIA MODERNA

*Humberto Aparecido de Oliveira Guido**

Resumo: Este artigo introduz a problemática da ruptura epistemológica ocorrida durante a passagem da Filosofia Humanista para a Filosofia Moderna, apresentando a linguagem como elemento de descontinuidade na transição entre um período e outro. A argumentação reforça os elementos comuns aos dois períodos para apresentar a linguagem como mudança de paradigma do estudo da natureza, sendo a matemática, além da sua correspondência com a estrutura da mente humana, essa nova forma de linguagem que instaura a representação como a possibilidade única para a expressão da verdade.

Palavras-chave: Humanismo, Modernidade, Linguagem, Filosofia da Ciência.

Abstract: This article introduces the problem of epistemological cut in the transition from Humanistic to Modern Philosophy with focus on language as discontinuity component in that transition. The argument stresses the common elements between two periods and discusses the

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

language as change of paradigm in the study of nature. Mathematics is both: correspondence with the structure of human mind and a new form of language that makes representation the only possible expression of truth.

Os grandes temas da Filosofia Moderna estão ligados ao Humanismo Renascentista. Foi a partir das investigações feitas pelos primeiros humanistas, na tentativa de resgatar o ideal de harmonia, simplicidade e beleza da Antigüidade Clássica, que a filosofia deixou o estágio anterior marcado pela contemplação e especulação, para tornar-se cada vez mais uma investigação que transcendia a própria filosofia na direção da positividade científica sobre a origem do homem, do mundo e do universo.

Os filósofos humanistas tinham posições muito diversas, mas estavam ligados à redescoberta da Antigüidade; as posições dos filósofos derivavam do platonismo e do neoplatonismo, do estoicismo e do epicurismo. Além dessas fontes, estes filósofos tinham grande apego à mística oriental, em especial à cabala hebraica e ao hermetismo egípcio, em contraposição à tradição mosaica dos textos bíblicos.

Os humanistas mereceram essa denominação por priorizar o estudo do homem, que aos poucos ia sendo redescoberto e valorizado. Estes estudos acabaram traçando um modelo de homem universal, diretamente ligado à nova sociedade em formação. Este novo modelo valorizava a individualidade, sendo que a sua formação ainda era feita através da tradição medieval do *trivium* e do *quadrivium*, ou seja, com base nas artes liberais cultivadas desde o fim da Idade Média.

Este período inicial do Humanismo foi dominado pelas idéias estoicas e epicuristas, que durante o Renascimento foram adotadas sem as diferenças características dessas duas escolas do pensamento antigo (HELLER 1982:88). Essas correntes do pensamento antigo eram

tomadas na perspectiva do “viver de acordo com a natureza”, uma visão quase que divina do homem em contato com a natureza. Este contato representava o ideal ético almejado, a vida virtuosa:

“Viver de acordo com a natureza significa aceitar a natureza tal como é. Só então pode a vida do homem ser honrada e ‘virtuosa’; e este só se sentirá a vontade na sua honra e virtude se avaliar o que é necessário e inalterável na natureza, onde e até que ponto existe um campo de ação para a atividade livre do homem e a **maneira como o homem pode fazer uso de uma natureza imutável para alcançar uma vida livre e honrada.**” (HELLER 1982:94 - grifos da autora)

Esta atitude era própria do encantamento proporcionado pela leitura dos originais, da redescoberta da Antigüidade através de seus autores; por outro lado, é certo que a partir deste momento ficou um legado para as gerações posteriores que, durante os séculos XVI e XVII, elegeram a natureza, vale dizer, o mundo natural como objeto de estudo. Graças à antiga dimensão ética do “viver de acordo com a natureza”, foi possível aos modernos atingir a dimensão científica do “estudar a natureza”.

A redescoberta da Antigüidade e, conseqüentemente, os avanços alcançados no campo da astronomia, abriram para o homem um novo mundo; não havia mais a antiga ordem feudal, tudo se encontrava em movimento, por isso, era necessário buscar uma nova harmonia e o lugar do homem neste mundo novo.

Para o pensamento da época era necessário investigar as origens do mundo e o princípio dos tempos, o que por sua vez, implicava em recriar o mundo através de uma nova representação, alterando significativamente a antiga hierarquia herdada do pensamento medieval, refutando o teocentrismo com a instauração do antropocentrismo.

Esta alteração acarretou para o campo científico - mais especificamente para a astronomia do século XVI - a mudança da concepção do mundo geocêntrico para a concepção heliocêntrica.

Este recriar o homem e o mundo implicava ainda o repensar a criação divina, investigar através dos textos antigos associados aos livros da Igreja, qual a verdade sobre a criação do mundo, discutir se o universo e o mundo físico são efeitos da potência divina ou a causa da perfeição de Deus, conforme a tradição aristotélico-tomista. Essas indagações contribuíram para o deslocamento das discussões do campo estritamente metafísico para o campo naturalista (vivia-se a passagem do século XVI para o século XVII).

Como conseqüência da primeira fase do Humanismo, o estágio naturalista contribuiu para as investigações científicas situadas na transição do Renascimento para a Filosofia Moderna.

As discussões iniciadas pelos humanistas traziam em si a possibilidade de investigar a natureza, deixando de ser objeto de contemplação para ser estudada de maneira científica. Ao lado das investigações astronômicas, novas descobertas sobre o mundo físico estavam acontecendo. Esta nova direção dos estudos humanistas contribuiu gradativamente para a separação entre a filosofia e a ciência, ao mesmo tempo que o pensamento filosófico e científico estreitavam-se, elegendo o homem como ser histórico e sujeito do conhecimento.

Para Marilena Chauí, este quadro é resultante das peculiaridades dos primeiros filósofos modernos que configuravam-se como os novos sábios da humanidade, porque “não separavam seus trabalhos científicos, técnicos metafísicos, políticos”, por isso o novo protótipo do sábio configurou-se como “um pesquisador ou um conhecedor de todas as áreas de conhecimento, mesmo que se dedique preferencialmente mais a umas do que a outras” (1987:69).

Apesar dos humanistas terem sido superados pelos modernos e as humanidades destituídas pela matemática, álgebra, geometria e pela física mecanicista, foi, no entanto, justamente a partir do caminho aberto pelos primeiros humanistas - desde o século XV - que se tornou possível a realização de reflexões mais profundas sobre o valor das ciências e certeza do conhecimento científico, uma vez que:

“...a ciência, a filosofia e até mesmo a teologia mostram interesse legítimo por questões sobre a natureza do espaço, a estrutura da matéria, os padrões da ação e, **last but not least**, sobre a natureza, a estrutura e o valor do pensamento da ciência humana.”

(KOYRÉ 1979:08 - grifo do autor)

A Filosofia Moderna nasceu da preocupação primeira de indagar de maneira rigorosa o caminho a ser seguido para bem conduzir a razão (DESCARTES 1987:30), ou seja, a necessidade de formular um método que tornasse possível ao homem conhecer verdadeiramente todas as coisas, inclusive o próprio homem e Deus; ainda seguindo o raciocínio de Koyré, durante o século XVII os filósofos viveram a época da crença no método:

“Época tão cheia de confiança nas potências ‘nativas’ do espírito como de desconfiança no exercício não dirigido da razão. Época na qual se julgava que bastava libertar o espírito humano dos ‘preconceitos’ - escórias, obstáculos ou impedimentos que não o deixavam funcionar - que bastava ‘curar’ ou ‘purificar’ a mente para que, espontaneamente, pudesse atingir a verdade.” (1984:xviii)

A perspectiva criada pelos humanistas naturalistas, no sentido de abordar a natureza como sendo objeto do conhecimento, foi também o caminho aberto para o distanciamento dos modernos em relação ao estudo do homem enquanto ser social. A natureza passou a

ser o objeto de estudo por excelência. Segundo Casini, essa foi sem dúvida a grande viragem rumo à Modernidade:

“...o sentido geral da viragem realizada aproximadamente no decurso de dois séculos - de Copérnico a Newton - poderia ser resumida na descoberta de que a **natureza é realmente dominada por leis**; que estas leis são **racionais**: ou seja, **que podem ser reconstruídas pela inteligência humana por via matemática e experimental.**”

(1978:78 - grifos do autor)

Nesta ‘viragem’ as *studia humanitatis* foram colocadas em segundo plano, passaram a ser vistas como um bom entretenimento, sem oferecerem nenhuma certeza ao intelecto (DESCARTES 1987:30/33). A descoberta do sujeito do conhecimento trouxe também a desconfiança em relação ao caráter subjetivo da tradição humanista, por ela expressar em suas artes as paixões e vontades humanas, enquanto que o caráter objetivo da ciência exigia uma expressão igualmente objetiva. A verdade sobre as coisas passou a ser expressa pela linguagem matemática, produto abstrato da razão redentora do homem.

Para melhor compreensão da relação entre Modernidade e Filosofia Moderna, é importante ressaltar os elementos sócio-econômicos que contribuíram para a consolidação da nova filosofia; para Habermas a Modernidade

“... refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e de mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos e de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas.” (1990:14)

O núcleo central do pensamento moderno procedeu do afastamento das *studia humanitatis* para poder reforçar o novo caráter da ciência e tratar o homem como ser racional inserido no contexto da Modernidade e distante dos preconceitos da Idade Média e desapegado das tradições clássicas. Este fato é evidenciado pelas expressões utilizadas pelos modernos: ciência nova, reforma do entendimento, nova filosofia. Nas palavras de Arendt “do século XVII em diante, a insistência na novidade absoluta e a rejeição de toda tradição tornaram-se comuns” (1989:261). Mesmo assim, é evidente que os humanistas e os modernos faziam indagações muito próximas, preocupavam-se com o homem e a sua vinculação com o mundo histórico e natural, tinham grande interesse pela matemática e almejavam o conhecimento científico.

No último estágio do Humanismo já era notável a importância que aqueles sábios dedicavam à matemática, promovendo grandes avanços e simplificações através do desenvolvimento do cálculo diferencial, da álgebra e da introdução dos números negativos. Porém, também aqui é importante ressaltar que o estudo da matemática era feito ainda sob a influência do caráter fantástico dos números (influência pitagórica). O aprofundamento dos estudos matemáticos na direção de uma formulação exclusivamente racional, condição necessária da reprodução mental das leis da natureza, só veio a constituir-se plenamente com os modernos do século XVII.

Esta pequena exposição das relações entre o Humanismo e a Filosofia Moderna não tem somente um enfoque histórico. Esta contextualização é feita no sentido de buscar a identidade e a descontinuidade entre um período e outro da filosofia.

Assim como o Humanismo estava ligado à redescoberta da Antigüidade Clássica, também a Filosofia Moderna recebeu grande influência do pensamento precedente. Qual seria então o elemento, ou elementos, de descontinuidade entre os dois períodos ?

Até aqui a exposição procurou percorrer esta trajetória da filosofia. Nos parágrafos anteriores foram levantados os elementos característicos desses dois períodos em questão, mostrando as proximidades entre um e outro. Lembramos mais uma vez que a filosofia do Humanismo se fez sobre os motivos da filosofia clássica da Antigüidade, que por quase dez séculos foram encobertos pelas cópias dos mosteiros, distorcidos pelas traduções tendenciosas. Enfim, o estar de posse dos originais, o deixar falar novamente uma época que se fez distante, provocou no espírito dos humanistas um efeito maior do que as próprias palavras. Foi preciso muito tempo para superar o êxtase, para recuperar o sentido original, para tentar conciliar as diversas leituras que foram feitas dos originais.

O contexto cultural que foi se formando a partir dessa releitura gerou múltiplas interpretações. No caso específico dos humanistas, tratava-se, como já foi mencionado, da forte influência do misticismo sobre aqueles homens. Esse fato era muito bem ilustrado nas manifestações artísticas e na formulação das novas idéias. Mais uma vez o texto de Casini é valioso para tentar compreender este momento:

“...grande parte da filosofia renascentista da natureza - de Marsilio Ficino a Bruno - reelaborou um outro aspecto do sincretismo hermético. Disso se encontram vestígios evidentes. em pleno século das luzes, em Newton, no Essay on man de Alexandre Pope, em Siris de Berkeley.” (1979:72)

Como ocorreu então essa ruptura na passagem do Humanismo para a Filosofia Moderna? Quais os fatores que levaram a matemática a ocupar o lugar das humanidades? Porque a filosofia passou a adotar um discurso científico? É possível a distinção: pensamento filosófico - pensamento científico?

O pensamento renascentista operou uma mudança significativa na visão do mundo, anteriormente unitária. Com o advento da Modernidade, os filósofos conseguiram estabelecer novas visões do mundo:

“Do ponto de vista sociológico, o fato decisivo dos tempos modernos, em contraste com a situação vigente na Idade Média, é o de ter sido quebrado este monopolismo da interpretação eclesiástica do mundo, mantido pela casta sacerdotal, tendo surgido, no lugar de um estrato de intelectuais fechado e inteiramente organizado, uma **intelligentsia** livre ... com a liberação dos intelectuais da rigorosa organização da Igreja, foram sendo cada vez mais reconhecidas outras formas de interpretar o mundo.” (MANNHEIM 1972:39-40 - grifo do autor)

Além dos desdobramentos da Reforma Protestante, a nova astronomia teve participação decisiva para a ruptura com a tradição. A astronomia fundada nos cálculos matemáticos abriu a possibilidade da geometrização do espaço através de uma ciência mecanicista. Tudo isto implicava em uma nova formulação, com um método adequado aos novos estágios proporcionados pela passagem da ciência contemplativa para a ciência ativa.

Para estas questões, torna-se necessário a reavaliação dos dois momentos históricos da filosofia. O Humanismo trouxe uma grande contribuição para o estudo do homem, porém o fez de forma a remetê-lo ao passado, tentando inseri-lo na ótica de uma antigüidade muito remota que talvez não tenha existido de fato. Por outro lado, o segundo momento do Humanismo - a fase naturalista - ocupou-se exclusivamente da indagação do mundo natural, vendo o homem nesta perspectiva, em sua relação direta com a natureza. Nesta relação era possível encontrar as leis naturais que regem a vida do homem.

A Filosofia Moderna, por sua vez, apesar do seu caráter cientificista, foi ao mesmo tempo a superação dos antigos ideais humanistas e o ápice da visão renascentista do homem enquanto indivíduo, não mais indivíduo em potência, mas como um ser real, como sujeito:

“...uma das mais persistentes tendências da filosofia moderna desde Descartes, e talvez a mais importante contribuição moderna à filosofia, tem sido uma preocupação exclusiva com o ego, em oposição à alma ou à pessoa ou ao homem em geral, uma tentativa de reduzir todas as experiências, com o mundo e com outros seres humanos, a experiências entre o homem e si mesmo.” (ARENDDT 1989:266)

O confronto entre os dois momentos da filosofia nos leva de encontro à descontinuidade ocorrida na passagem do século XVI para o século XVII. O elemento que apresentamos como possibilidade de explicitação dessa descontinuidade é a **linguagem**.

Na linguagem reside a principal oposição entre humanistas e modernos, o que implica em métodos distintos de investigação. Esta diferença, por sua vez, conduz à reflexão sobre os elementos que opõem um período ao outro: *studia humanitatis* - ciências naturais; método de estudo - método de investigação; pensamento metafísico - pensamento científico.

Com o advento da Modernidade, a filosofia e a ciência vão adquirindo características distintas, até culminar com a distinção definitiva entre filósofos e cientistas, consolidada a partir do século XVIII. A nova ciência experimental contribuiu com a nova filosofia através da ampliação do campo do conhecimento do homem moderno, levando os filósofos dos séculos XVII e XVIII a dedicarem grandes esforços na reflexão sobre o entendimento humano.

Através da história da filosofia foi possível notar que os humanistas também almejavam o conhecimento científico, que teve o seu desenvolvimento pleno durante a Filosofia Moderna; portanto, a grande diferença entre os dois períodos da filosofia reside na linguagem que cada corrente filosófica fez uso para poder expressar o conhecimento científico.

Como já foi dito, o Humanismo foi um período de grandes descobertas, resultado da retomada do pensamento antigo. Daí a necessidade de retornar à natureza, à origem, ao princípio. Este apego à humanidade clássica foi uma forma de libertação da velha cultura medieval. No que diz respeito ao estudo da natureza, este retorno às origens foi uma revolta contra estruturas superadas. Este apego ao que é primário nasceu no limite de uma extrema decadência e de crise de identidade que se manifestava na desagregação da sociedade feudal. Por essa razão a cultura humanista foi um esforço de libertação, uma espécie de renascimento, de pureza reconquistada em direção à uma realidade redescoberta (GARIN 1978:237).

Por outro lado, este esforço de libertação da antiga ordem não foi completo, pois a leitura que se fazia dos textos antigos acabava sempre na tentativa de uma conciliação daquelas fontes com a autoridade da religião cristã; somente depois do século XVI é que, em vários contextos e através de vários autores, manifestou-se a necessidade de independência do pensamento filosófico e científico em relação à teologia oficial.

A expressão deste retorno às origens, a que nos referimos, foi feita através de uma linguagem opaca e misteriosa, cerrada sobre si mesma e, por essa razão, ela era quase que enigmática. Esta forma de expressão não oferecia clareza e transparência (FOUCAULT 1990:50), devido justamente ao eclecismo das fontes antigas. Assim, a natureza

era vista como um jogo de signos e semelhanças, onde a relação do microcosmo com o macrocosmo era a garantia do saber e o termo da sua expressão. Foucault refere-se ao saber do século XVI como uma mistura de erudição (saber racional) e tradições decorrentes da herança cultural anterior, em especial a magia.

Dessa forma, a linguagem era uma coisa a ser decifrada, assim como a própria natureza, o conhecer era interpretar os signos naturais, indo das marcas visíveis ao conteúdo invisível. Esta forma de linguagem apresentava um saber que não era a demonstração da natureza, mas a sua interpretação através dos signos. É devido a essa forma de linguagem que a filosofia humanista é considerada obscura, pela sua maneira de falar sobre a natureza.

Um outro autor, Eugenio Garin, sob um outro enfoque filosófico, mas basicamente com os mesmos termos, refere-se ao sentido desse momento da filosofia e os seus desdobramentos para o período subsequente:

“... o mundo, a natureza, lhe vem falando [ao homem] a mesma linguagem, lhe mostrando uma mesma razão, a razão que nele se acolhe, mas que, por não exaurir-se nele, o faz certo da sua validade objetiva. O homem, o mundo e Deus, vão fazendo-se sempre mais íntimos, também na sua diferença; e neste progressivo intrincamento floresce a ciência, pela convicção de uma unidade originária, pela qual homem e natureza não são contrapostos, mas podem reciprocamente complementarem-se.” (1978:237)

Esta citação é útil para ilustrar como eram entendidas a linguagem e a ciência pelos humanistas. Ambas ainda estavam dominadas por aquela visão da simpatia universal onde tudo se relaciona, sendo que essas relações apontam para a ordem das semelhanças, levando o homem renascentista a acreditar que tudo deriva de um único elemento.

Neste contexto era mais valorizada a especulação bem dirigida do que a observação direta dos fatos. O paradigma do saber humanista era a leitura dos signos que se abriam à compreensão humana.

A Filosofia Moderna, por sua vez, utilizou uma linguagem objetiva, que se movia pela representação baseada na ordem e na medida. A representação para os modernos não estava mais ligada às semelhanças que as coisas guardam entre si, a similitude deixou de ser a forma do saber para constituir-se no erro; os modernos colocaram-se do lado da ciência e passaram a considerar a linguagem anterior como sendo desconexa com a realidade e fora da esfera do conhecimento, por não possuir clareza e critérios científicos. Mais uma vez recorrendo a Foucault:

“... a verdade encontra sua manifestação e seu signo na percepção evidente e distinta. Compete às palavras traduzi-las e o podem; não terão mais direito a ser sua marca. A linguagem se retira do meio dos seres para entrar em sua era de transparência e neutralidade.”

(1990:71)

O desenvolvimento de uma nova forma de linguagem, que rompia com a obscuridade da linguagem anterior, trazia consigo a separação das ciências com as humanidades. O conhecimento científico é claro e distinto, enquanto que a erudição trazia consigo os vícios do espírito humano. A linguagem moderna, por sua precisão, passou a ser transparente, estando ligada apenas às palavras e não mais às semelhanças das coisas.

A respeito dessa diferença da linguagem, que marcou a ruptura entre o Humanismo e a Filosofia Moderna, Habermas, em seu livro *O Discurso Filosófico da Modernidade*, manifesta-se da seguinte maneira:

“... enquanto o pensamento do Renascimento ainda é dirigido por uma visão cosmológica do mundo na qual as coisas podem ser fisionomicamente ordenadas segundo relações de analogia porque no grande livro da natureza cada sinal remete para outros sinais, o racionalismo do século XVII instaura uma ordem totalmente diferente no seio das coisas. A *Lógica de Port-Royal*, que esboça uma semiótica e uma combinatória universal, cria uma estrutura: para Descartes, Hobbes e Leibniz a natureza transforma-se na totalidade de tudo o que “representa” em sentido duplo, i.e., representado e como representação que pode também ser apresentada por meio de sinais convencionais.” (1990:243)

Esta possibilidade de uma linguagem convencional muito clara e transparente, abriu caminho para que a matemática atingisse a sua plenitude de *mathesis universalis*, tornando-se a ciência da estrutura da mente humana (ARENDDT 1989:278), sobre a qual está fundada todo o conhecimento humano possível. Para os modernos não era possível outra forma de linguagem para melhor expressar o conhecimento e o entendimento humano que não fosse a matemática, porque somente através dela é possível reproduzir mentalmente os processos do mundo natural.

Foi com a matemática que Descartes conseguiu elaborar a sua geometria analítica, crucial para a separação entre a ciência e a filosofia. A dúvida cartesiana serviu para o homem moderno tomar consciência de que os processos que se passam em sua mente não são resultantes dos sentidos, e, além disso, dotados de certeza própria que podem ser objeto de investigação. Com este propósito Descartes promoveu a matematização da mente humana, fazendo de sua teoria do conhecimento uma experiência do sujeito com o próprio ser. Essa perspectiva moderna do sujeito foi muito bem expressa por Hannah Arendt.

“Descartes é o pai da moderna filosofia, da mesma forma que Galileu é o ancestral da ciência moderna: e, embora seja verdadeiro que após o século XVII, e devido principalmente ao desenvolvimento da filosofia moderna, a separação entre a ciência e a filosofia foi mais radical do que jamais havia sido antes...a filosofia moderna deve a sua origem e o seu curso mais a descobertas científicas específicas que qualquer outra filosofia anterior...a dúvida cartesiana, em seu significado radical e universal, foi inicialmente a reação a uma nova realidade, realidade esta não menos real pelo fato de ter se restringido, durante séculos, ao círculo limitado e politicamente insignificante dos doutos e eruditos.”
(1989:283-286)

A superioridade da linguagem moderna em relação à expressão do saber dos humanistas não é passível de contestação. Em seu livro *O momento criativo: mito e alienação na ciência moderna* (1992), Joseph Schwartz faz uma análise diferente sobre a superioridade da linguagem matemática, indo contra a tese defendida por Foucault, que a apresenta como transparente. Para Schwartz, a linguagem matemática é obscura.

A posição de Schwartz está mais próxima da análise desenvolvida por Arendt quanto ao caráter da ciência moderna contida no final da última citação. Schwartz sustenta a sua afirmação sobre o fato de que a ciência moderna passou a ser domínio de uma comunidade pequena e restrita a poucos iniciados, sendo que os resultados obtidos por essa ciência eram comunicados apenas nas academias científicas, criadas na Europa a partir de então. Por essa razão, este autor chega à conclusão de que os cientistas modernos - podemos incluir também alguns filósofos - cometeram os mesmos erros dos humanistas, tornando a ciência cativa, fazendo dela quase que um mito.

Quanto à matemática, no período em questão (século XVII) Schwartz afirma que ela teve a importância que lhe foi conferida por ser ainda a única forma de expressão que a Igreja da Contra-Reforma não

se atrevia a contestar, tanto é assim, que muitos trabalhos matemáticos foram realizados sem que houvesse uma censura por parte das autoridades eclesiásticas. A censura passou a ocorrer quando a matemática deixou de ser vista apenas como um conjunto de suposições para constituir-se no fundamento do experimentalismo.

Valendo-nos mais uma vez das considerações feitas por Schwartz, a matemática tornou-se o novo paradigma de linguagem científica, justamente por ser aquela expressão que a Igreja não ousava contestar. Esta posição pode ser ilustrada através dos conflitos vividos por Galileu.

“Ainda sob os efeitos dolorosos de uma derrota em Roma três anos antes, Galileu decidiu abrir mão da linguagem direta do *Mensageiro Celeste* e abrigar a sua argumentação na única instituição social temida pela Igreja - a antiga disciplina da matemática...Mas o *Ensaaiador* estabelecera a base para que a antiga e a nova cosmologia pudessem chegar a um acordo final. A Europa culta observava e aprendia. A lição era: **é preciso tornar a ciência discreta, obscura e matemática.**”

(1992:36-41 - grifos meus)

Como podemos notar, a linguagem dos modernos torna-se controversa quando a análise está inserida em um contexto mais amplo, não se restringindo apenas ao campo epistemológico. Para os modernos, a linguagem matemática correspondia ao que eles classificavam de linguagem clara e transparente, portanto uma linguagem muito simples. No entanto, o produto da ciência moderna está ligado também ao aprofundamento das desigualdades sociais. No horizonte que se descortinou a partir do século XVIII não vislumbramos apenas a ruptura entre a filosofia e a ciência, mas muito mais o distanciamento da cultura superior em relação ao senso comum, a simplicidade da nova forma de linguagem não foi suficiente para a democratização do saber.

O problema, que se formou a partir da consolidação da ciência moderna, foi que esta linguagem tornou-se o patrimônio de uma pequena parcela da sociedade, ao mesmo tempo que a sua imagem estereotipada foi sendo consolidada: a ciência é uma forma de saber, cujo acesso é privilégio de poucos iniciados que sabem decifrar os seus signos. Paradoxalmente, a ciência moderna pode ter incorrido nos erros por ela atribuída à tradição humanista: obscuridade e incertezas ao estudar a natureza, por ter perdido de vista o seu teor revolucionário de promover o esclarecimento humano e colocar fim, de uma vez por todas, à ignorância dos homens.

De maneira geral, esta diferença existente entre as formas de linguagem pode oferecer uma explicação para o distanciamento do pensamento moderno em relação às humanidades. Este distanciamento se fez na tentativa do estabelecimento de uma ciência ativa que pudesse conduzir o intelecto na investigação do seu objeto.

Com o seu novo paradigma de linguagem, o pensamento moderno conseguiu emancipar o conhecimento científico, fazendo dele uma esfera distinta, pautado por um método próprio. Na verdade, a filosofia e a ciência desde os fins do século XVII já não eram as mesmas da redescoberta proporcionada pelo Humanismo, isso porque o mundo também já não era o mesmo. A ampliação do universo até o infinito, a indagação da origem do mundo aliada ao redimensionamento das técnicas de observação associadas à utilização de instrumentos mais precisos, como o telescópio, fizeram com que definitivamente a humanidade experimentasse um progresso vertiginoso em relação à “grande noite da Idade Média”.

Apesar de suas limitações para tornar o saber elaborado em um valor universal, acessível a todos os homens, o legado de Galileu e Descartes foi decisivo para a consolidação da Modernidade, pois a

grande contribuição dos modernos foi no sentido de promover o encontro do sujeito com a sua própria razão, abrindo-lhe um mundo novo, cuja marca é, desde então, a liberdade do pensamento.

“Desde o século XVII, a filosofia produziu seus melhores e menos discutidos resultados quando investiga, num supremo esforço de auto-inspeção, os processos dos sentidos e da mente. Sob este aspecto, grande parte da filosofia moderna é, realmente, uma teoria da cognição e da psicologia: e, nos poucos casos em que as potencialidades do método cartesiano foram plenamente realizadas por homens como Pascal, Kierkegaard e Nietzsche, somos tentados a dizer que os filósofos experimentaram com o próprio ser não menos radicalmente e talvez mais afoitamente que os cientistas experimentaram com a natureza.”

(ARENDDT 1989:307)

Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. *A condição humana*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- CASINI, P. *As filosofias da natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- CHAUÍ, M. S. A Filosofia Moderna. In: *Primeira Filosofia*, lições introdutórias. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GARIN, E. *Storia della filosofia italiana*. 3.ed. Turim: Giulio Einaudi, 1978.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HELLER, A. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- SCHWARTZ, J. *O momento criativo: mito e alienação na ciência moderna*. São Paulo: Best Seller, 1992.